

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ARBITRAGEM ESPORTIVA EM DIVERSAS MODALIDADES, PARA ATENDIMENTO ÀS COMPETIÇÕES ORGANIZADAS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDO PRESTES.**

2. LEGISLAÇÃO.

A Prefeitura Municipal de Fernando Prestes/SP faz saber que está em andamento um processo de Contratação direta por dispensa de licitação em conformidade com Art. 75, inciso II – da Lei Federal n.º 14.133/2021 e critério de julgamento **Menor Preço Global**.

3. JUSTIFICATIVA

Assegurar a presença de arbitragem qualificada em 100% dos eventos esportivos programados pela Prefeitura Municipal de Fernando Prestes durante o período contratual de 12 meses.

Garantir que todos os árbitros e oficiais de arbitragem sejam devidamente credenciados, certificados ou reconhecidos pelas federações, confederações ou ligas oficiais de cada modalidade, quando aplicável.

Padronizar procedimentos de arbitragem, relatórios de súmula e registros de ocorrências, facilitando a gestão, a transparência e a prestação de contas.

Reduzir o índice de reclamações formais relativas à atuação da arbitragem em, no mínimo, 30% em comparação ao período anterior sem contratação centralizada.

Atender às exigências de segurança e integridade física dos participantes, por meio da atuação adequada e preventiva da equipe de arbitragem, contribuindo para um ambiente esportivo disciplinado.

Sendo assim, seguem especificações descritas abaixo neste Termo de Referência:

4. DAS ESPECIFICAÇÕES:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD. ESTIMADA JOGOS	VALOR ESTIMADO POR JOGO	VALOR TOTAL ESTIMADO
ITEM 1	SERVIÇO DE ARBITRAGEM DE FUTEBOL DE CAMPO	SERV	25	R\$ 468,39	R\$ 11.709,75
ITEM 2	SERVIÇO DE ARBITRAGEM DE	SERV	25	R\$ 367,57	R\$ 9.189,25

	FUTEBOL MINI-CAMPO					
ITEM 3	SERVIÇO DE ARBITRAGEM DE FUTSAL ADULTO	SERV	25	R\$ 368,30	R\$ 9.207,50	
ITEM 4	SERVIÇO DE ARBITRAGEM DE FUTSAL REGIONAL	SERV	45	R\$ 357,75	R\$ 16.098,75	
ITEM 5	SERVIÇO DE ARBITRAGEM DE FUTSAL CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTSAL MASCULINO 2027	SERV	25	R\$ 361,90	R\$ 9.047,50	
ITEM 6	SERVIÇO DE ARBITRAGEM DE FUTEBOL DE CAMPO REGIONAL VETERANO	SERV	16	R\$ 397,17	R\$ 6.354,72	
Valor Medio Global: R\$ 61.607,47						

5. DAS DESCRIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO:

5.1 LOCAL DE EXECUÇÃO

1. Ginásios, quadras e campos situados no Município de Fernando Prestes.
2. Espaços esportivos localizados no Distrito de Agulha.
3. Outros locais definidos pela Diretoria Municipal de Esportes, desde que previamente informados à contratada com antecedência mínima acordada.

5.2 ABRANGÊNCIA TEMPORAL

1. Vigência contratual: 12 meses, contados da assinatura do contrato.
2. Realização de jogos em dias úteis, finais de semana, feriados e horários noturnos, conforme calendário esportivo elaborado pela Diretoria Municipal de Esportes.

5.3 REQUISITOS TÉCNICOS

5.3.1 NECESSIDADES QUANTITATIVAS E OPERACIONAIS

1. Previsão de aproximadamente 10 eventos esportivos ao longo da vigência contratual, envolvendo diversas modalidades, com destaque para futebol de campo e futsal.
2. Estimativa de 161 partidas, demandando equipes de arbitragem de composição variável, conforme a modalidade.
3. Necessidade de atendimento a eventos realizados em diferentes locais, abrangendo Fernando Prestes e o Distrito de Agulha, inclusive com possibilidade de partidas simultâneas.
4. Exigência de disponibilidade operacional da empresa para cobertura de finais de semana, feriados e períodos noturnos.
5. Capacidade de resposta rápida para substituição de árbitros em casos de imprevistos.

5.4 REQUISITOS TÉCNICOS DA EMPRESA

A empresa contratada deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:

1. Comprovar experiência prévia na prestação de serviços de arbitragem esportiva em, no mínimo, 5 eventos de porte similar (em número de partidas e modalidades) nos últimos 2 anos.
2. Apresentar registro ou vínculo com federações, confederações, ligas ou associações de arbitragem esportiva que reconheçam seus profissionais, quando aplicável.

5.4 . Possuir estrutura organizacional mínima para:

- 1 . Escala e remanejamento de árbitros e oficiais de arbitragem.
- 2 . Comunicação rápida e eficaz com a coordenação da Prefeitura Municipal de Fernando Prestes.
- 3 . Atendimento emergencial para substituições de última hora.

4. Demonstrar capacidade de atendimento a eventos simultâneos, comprovando quantitativamente a disponibilidade de árbitros nas principais modalidades.
5. Dispor de sistema de controle de escalas e registro de presença (planilhas, sistemas internos ou aplicativos), garantindo rastreabilidade e transparência na alocação de profissionais.
6. Manter regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária durante toda a vigência contratual.

5.4 REQUISITOS TÉCNICOS DOS PROFISSIONAIS DE ARBITRAGEM

Os profissionais designados deverão:

1. **Possuir formação e/ou certificação específica na modalidade esportiva em que atuarão, emitida por entidade oficial reconhecida, quando houver.**
2. Comprovar atualização periódica quanto às regras da modalidade, mediante participação em cursos, clínicas, seminários ou reciclagens nos últimos 2 anos.
3. Comprovar idoneidade moral, sem registro de sanções graves em entidades esportivas, ligas ou órgãos de justiça desportiva nos últimos 2 anos, salvo casos justificadamente reabilitados.
4. Apresentar aptidão física adequada, quando exigida pelas regras da modalidade.
5. Manter conduta ética, imparcial e respeitosa, em conformidade com as normas e regulamentos das competições e da Administração Pública.

6 DO PRAZO

O prazo de vigência do Contrato será de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura.

7. DA PESQUISA DE PREÇOS

Para dar início ao presente processo administrativo, a Administração procedeu à cotação de preços com empresas do ramo, através de pesquisa no Banco de Preços disponível no site: siscotacao.com.br, onde obtivemos o seguinte valor médio:

Valor médio total: R\$ 61.607,47 (sessenta e um mil, seiscentos e sete reais e cinquenta e quarenta e sete centavos).

Desta forma, os valores apurados encontram-se compatíveis com os praticados no mercado.

8. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço Global

9. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes dessa contratação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício 2026, conforme abaixo:

02 03 Educação; 27 812 0009 ESPORTE E LAZER PARA TODOS; 27 812 0009 2021 0000 Desenvolvimento das Atividades Esportivas; 099 3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 0.01.00-110 000 1.501.

10. DA BUSCA POR PROPOSTAS ADICIONAIS MAIS VANTAJOSAS

a. Visando cumprir o §3º do art. 75, da Lei 14.133/2021, a municipalidade antes de proceder à contratação de qualquer empresa fará publicar no site oficial o aviso de dispensa, este termo de referência, modelo de proposta e relação de documentos de habilitação para que as empresas interessadas possam no prazo de 03 (três) dias úteis apresentar suas propostas orçamentárias. Objetiva-se assim, a busca por propostas mais vantajosas à administração municipal, desde que as empresas atendam aos requisitos exigidos para a execução dos serviços e após, apresentem os documentos necessários de habilitação.

11. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

As propostas serão apresentadas de acordo com as regras previstas no aviso de dispensa.

12. DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

a. - Habilitação jurídica:

- i. - No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 12.1.2- Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 12.1.3- No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 12.1.4- Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 12.1.5- No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 13.1.6- Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- 12.1.7- Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.2 - REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) Prova de regularidade para com as Fazendas: Federal, Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei, mediante a apresentação das seguintes certidões:
 - b.1) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
 - b.2) Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de negativa de débitos estaduais, dívida ativa do Estado ou declaração de isenção ou de não incidência assinada pelo representante legal do licitante, sob as penas da lei - Prova de regularidade:
 - b.2.1) com a Fazenda Estadual – Débitos não Inscritos e,
 - b.2.2) com a Procuradoria Geral do Estado – Débitos Inscritos, que deverão ser comprovadas através da apresentação de Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa em que estiver situado o licitante;
 - b.3) Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos Municipais, expedida no local do domicílio ou sede da licitante.
- c) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF (Certificado de Regularidade do FGTS).
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- e) – Como prova de regularidade serão admitidas certidões negativas e positivas com efeito de negativa, nos termos da legislação tributária.

12.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial e extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida pelo distribuidor do domicílio da pessoa física.
 - 12.3.1- Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
 - 12.3.2- Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.
 - 12.3.3- Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.
 - 12.3.4 – Os documentos de habilitação somente serão exigidos da empresa que apresentar a proposta mais vantajosa para a Administração.

12.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICO OPERACIONAL

Deverão ser apresentados pelas licitantes na fase de habilitação os seguintes documentos, conforme

artigo 67 da Lei 14.133 de 2021:

12.4.1 **Capacitação Técnico-Operacional** - Comprovação da aptidão para a execução do serviço em questão, será exigida experiência por meio da apresentação de certidão(ões) ou de atestado(s), expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, necessariamente em nome da licitante e que demonstre o desempenho de atividade de **no mínimo 50% do quantitativo solicitado**, pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto deste instrumento.

13. DO PAGAMENTO

13.1- O pagamento será realizado no prazo máximo de até 60 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado. Somente após a devida execução do objeto licitado, mediante comprovação da execução pelo Departamento requisitante. A nota deverá ser enviada via e-mail: nfe@fernandoprestes.sp.gov.br ou entregue em mãos ao Setor de Empenhos do Município de Fernando Prestes/SP.

13.2- Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do Contrato.

13.3- Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

13.4- Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14. DAS OBRIGAÇÕES

a. DO MUNICÍPIO

i.- Dar condições a CONTRATADA solicitando a execução do objeto com antecedência, dentro do devido prazo acordado conforme o prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

14.1.2- Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto com as especificações constantes do Termo de Referência e da Proposta, para fins de aceitação e;

14.1.3- Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto, para que seja reparado ou corrigido;

14.1.4- Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada;

14.1.5- Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente a execução do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência;

b. DO CONTRATADO

14.2.1- Iniciar a prestação dos serviços, no prazo estabelecido no contrato;

14.2.2- Responsabilizar-se pelos encargos decorrentes do cumprimento das obrigações supramencionadas, bem como pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, que incidam ou venham incidir sobre o objeto desta licitação, bem como apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo Município de Fernando Prestes/SP;

14.2.3- Responsabilizar pelos prejuízos causados ao Município de Fernando Prestes/SP ou a terceiros, por atos de seus empregados ou prepostos;

14.2.4- O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

14.2.5- Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na Dispensa de Licitação;

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1- Pratica infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quais sejam:

- i. Dar causa à inexecução parcial do Contrato;
- ii. Dar causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- iii. Dar causa à inexecução total do Contrato;
- iv. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- v. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- vi. Não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- vii. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- viii. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa de licitação ou a execução do Contrato;
- ix. Fraudar a dispensa de licitação ou praticar ato fraudulento na execução do Contrato;
- x. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- xi. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- xii. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- xiii. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

b. Na aplicação das sanções serão considerados:

- i. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- ii. As peculiaridades do caso concreto;
- iii. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- iv. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- v. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

c. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

d. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

- e. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- f. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

Fernando Prestes/SP, 10 de junho de 2026.

Ronie Carlos Gomes da Silva
Diretor do Departamento Municipal de
Esportes, Lazer e Turismo

Bruno Cezar Pasquini
Chefe do Setor de Compras e Licitação

**ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

Dispensa Eletrônica com Lance nº 10/2026

Processo nº 34/2026

Razão Social da Proponente:

CNPJ nº :

Endereço:

Telefone:

E-mail Institucional:

Dados Bancários:

Banco:

Nº da Agência:

Nº da Conta Corrente:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD. ESTIMADA JOGOS	VALOR ESTIMADO POR JOGO	VALOR TOTAL ESTIMADO
ITEM 1	SERVIÇO DE ARBITRAGEM DE FUTEBOL DE CAMPO	SERV	25	R\$	R\$
ITEM 2	SERVIÇO DE ARBITRAGEM DE FUTEBOL MINI-CAMPO	SERV	25	R\$	R\$
ITEM 3	SERVIÇO DE ARBITRAGEM DE FUTSAL ADULTO	SERV	25	R\$	R\$
ITEM 4	SERVIÇO DE ARBITRAGEM DE FUTSAL REGIONAL	SERV	45	R\$	R\$
ITEM 5	SERVIÇO DE ARBITRAGEM DE FUTSAL CAMPEONATO				

	MUNICIPAL DE FUTSAL MASCULINO 2027	SERV	25	R\$	R\$
ITEM 6	SERVIÇO DE ARBITRAGEM DE FUTEBOL DE CAMPO REGIONAL VETERANO	SERV	16	R\$	R\$
Valor Medio Global: R\$					

A proponente obriga-se a cumprir as clausulas prevista no Termo de referencia.

A validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias corridos.

_____, ____ de _____ de 2026.

(assinatura)

(Nome do representante legal da empresa proponente)

(RG e CPF)

Obs. Este documento deverá ser preenchido em papel timbrado da empresa proponente e assinado pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) e/ou procuradores) devidamente habilitado.

ANEXO III

MINUTA DO CONTRATO

PROCESSO Nº 34/2026

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 10/2026

CONTRATO Nº. XX/2026, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE FERNANDO PRESTES E A EMPRESA _____, DE CONFORMIDADE COM AS CLÁUSULAS A SEGUIR EXPOSTAS:

CLÁUSULA I – DAS PARTES E FUNDAMENTOS:

1.1 – DO CONTRATANTE:

1.1.1 – O MUNICÍPIO DE FERNANDO PRESTES, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no 47.826.763/0001-50, com sede à Rua São Paulo, n.º 57 Centro, nesta cidade de Fernando Prestes, Estado de São Paulo, Telefone (16) 3258-4000, E-mail: pmfp@fernandoprestes.sp.gov.br, CEP: 15.940-007, representado pelo Prefeito Municipal, **MARIEL SEBASTIÃO ROCHA**, brasileiro, casado, portador do RG n.º 42.744.539-5 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n.º 229.041.758-06, residente e domiciliado na Rua José Veríssimo, n.º 254, Bairro Novo Planalto, nesta cidade de Fernando Prestes/SP, CEP. 15.940-000.

1.2 – DO CONTRATADO:

1.2.1 – _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º _____, sediada na _____ n.º _____, Bairro _____, na cidade de _____, Estado de _____, CEP: _____, Telefone: _____, E-mail: _____, neste ato representada pelo(a) seu(a) representante(a) Senhor(a), _____, _____, portadora do RG n.º _____ e do CPF n.º _____, residente e domiciliado _____, _____, na Cidade _____, no Estado de _____.

1.3 – DOS FUNDAMENTOS:

1.3.1 – A presente contratação decorre do Processo Administrativo n.º 34/2026, Dispensa Eletrônica n.º 10/2026, de acordo com a Lei n.º. 14.133/2021, com destaque para o artigo 72 e para o inciso II do artigo 75 do respectivo diploma legal e se regerá por suas cláusulas, pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado.

CLÁUSULA II – DO OBJETO:

2.1 – Constitui objeto do presente a contratação de empresa especializada em serviços de arbitragem esportiva em diversas modalidades, para atendimento às competições organizadas pela Prefeitura Municipal de Fernando Prestes.

CLÁUSULA III – DO PRAZO DO CONTRATO E DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

3.1 – O prazo de vigência deste instrumento será de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura.

3.1.1 - O contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, respeitada a vigência máxima decenal, e mediante a demonstração da vantajosidade para a Administração municipal, nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.1.2 - No caso de aditamento contratuais, o preço poderá sofrer reajustes, com base na variação do IPCA - IBGE, tornando-se fixo e irreajustável até eventual novo aditamento.

3.1.3 – O prazo para execução dos serviços será de acordo com a solicitação do Setor Requisitante.

3.1.4 – A execução dos serviços será conforme consta no **Anexo I - Termo de Referência**.

3.2 – DO VALOR E DO PAGAMENTO:

3.2.1 – O valor total estimado do presente contrato é de R\$ _____ (_____), **que sera pago parceladamente, de acordo com os pedidos e entregas realizadas**, já incluídos os tributos, os encargos, seguros e demais ônus que por ventura possam recair sobre o Município.

3.2.2– O pagamento será realizado dentro de 60 (sessenta) dias, após a efetiva execução dos serviços e mediante a apresentação de Nota Fiscal e após atesto do setor competente, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.2.3. A inadimplência da Contratada com relação aos encargos sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais ou indenizações não transfere à Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado, de acordo com o artigo 121, parágrafo único, da Lei Federal nº. 14.133/2021.

CLÁUSULA IV - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1 Supervisionar a execução da prestação do objeto, promovendo o acompanhamento e a fiscalização sob os aspectos quantitativos e qualitativos.

a) Notificar, por escrito e verbalmente, à CONTRATADA sobre a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de prestação do objeto, fixando prazo para a sua correção.

b) Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais.

c) Prestar à CONTRATADA todas as informações solicitadas e necessárias para o cumprimento do objeto;

d) Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa na sua proposta.

e) Colocar à disposição da CONTRATADA os elementos e informações necessárias à execução do objeto;

f) Não permitir que o pessoal da CONTRATADA execute tarefas em desacordo com as condições preestabelecidas.

g) Responsabilizar-se pela comunicação, em tempo hábil, dos serviços a serem prestados.

h) Exigir o imediato afastamento de qualquer funcionário ou preposto da CONTRATADA que não mereça sua confiança, que embarace a fiscalização ou que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício de suas funções.

i) Efetuar o pagamento devido pela perfeita prestação dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato.

j) Aplicar multas ou penalidades, quando do não cumprimento do contrato ou ações previstas neste Termo;

k) Fazer deduzir diretamente da fonte multas e demais penalidades previstas neste instrumento;

- l) Atuar com poder de império suspendendo a execução do contrato sem ônus para a administração a qualquer tempo, resguardando a CONTRATADA de seus direitos adquiridos;
- m) Rejeitar os serviços em desconformidade com o presente instrumento.

CLÁUSULA V: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto deste Contrato, utilizando-se de empregados treinados, sem antecedentes criminais por improbidade ou prevaricação e de bom nível moral na prestação dos serviços em conformidade com o objeto.

- a) Prestar esclarecimento a CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da execução do objeto, bem assim tomar providências necessárias imediatas para a correção, evitando repetição dos fatos.
- b) Acatar as orientações do Fiscal do Contrato ou seu representante legal, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE.
- c) Zelar para que sejam cumpridas as normas relativas à segurança e a prevenção de acidentes.
- d) Dispor de quadro de pessoal suficiente (sócios ou funcionários) para garantir a execução do objeto – cumprindo os prazos previstos neste instrumento, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao trabalho, demissão e outras análogas obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente.
- e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- f) Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções;
- g) Realizar a prestação dos serviços em conformidade e no prazo estabelecido neste instrumento.
- h) A contratada tem a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, podendo a qualquer tempo o gestor do contrato diligenciar a apresentação de qualquer documento previsto no edital;
- i) O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

CLÁUSULA VI – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

6.1 – Os recursos necessários ao objeto do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: 02 03 Educação; 27 812 0009 ESPORTE E LAZER PARA TODOS; 27 812 0009 2021 0000 Desenvolvimento das Atividades Esportivas; 099 3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 0.01.00-110 000 1.501.

CLÁUSULA VII - DO ACOMPANHAMENTO, EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 7.1. A fiscalização do presente Contrato será exercida pelo Senhor Ronie Carlos Gomes da Silva, Diretor do Departamento Municipal de Esportes, Lazer e Turismo, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência à Administração;
- 7.2. Durante todo o período de vigência deste contrato, a CONTRATADA deverá manter preposto aceito pela CONTRATANTE, para representá-la administrativamente sempre que for necessário;

7.3. A comunicação entre a fiscalização e a contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações;

7.4. O relatório de entrega dos serviços será destinado ao registro de fatos e comunicações pertinentes aos mesmos.

7.5. Todos os atos e instituições emanados ou emitidos pela fiscalização serão considerados como se fossem praticados pelo Contratante.

CLÁUSULA VIII - DAS SANÇÕES

8.1 Nos termos do art. 155 da Lei Federal 14.133/2021, o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem justificativa aceita, poderá acarretar as seguintes sanções:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, o funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- g) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas acima, as seguintes penalidades, nos limites previstos no art. 156 da Lei Federal 14.133/2021.

- a) O valor da multa, aplicada será descontado imediatamente no pagamento subsequente, sendo ainda aplicado juros de mora de 1,00% (um por cento) ao mês, ou 0,0333% por dia de atraso.
- b) Na impossibilidade de desconto no pagamento subsequente, será liquidado do seguro caução previsto neste instrumento.
- c) As sanções previstas nestes instrumentos poderão ser aplicadas cumulativamente, exceto as multas escalonadas por datas, e a multa de advertência.
- d) No caso de multa, cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase da defesa prévia, o CONTRATANTE poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa, até a decisão final da defesa prévia. Caso a defesa prévia seja aceita, ou aceita parcialmente, pelo CONTRATANTE, o valor retido correspondente será depositado em favor da CONTRATADA, em até 05 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final da defesa apresentada.

CLÁUSULA IX - DOS MOTIVOS DE RESCISÃO:

9.1 - São motivos de rescisão do contrato, independente de procedimento judicial, aqueles inscritos no artigo 137 da Lei n. 14.133/2021.

CLÁUSULA X - DISPOSIÇÕES FINAIS:

10.1 – O presente contrato e todas as suas alterações e/ou aditamentos deverão ser divulgados no sítio eletrônico oficial da Prefeitura e mantidos à disposição do público, na forma do art. 91 da Lei n. 14.133/2021.

CLÁUSULA XI – DO FORO:

11.1 – Elegem as partes, para dirimir questões oriundas do presente instrumento, não resolvidas administrativamente, o foro da Cidade e Comarca de Taquaritinga, Estado de São Paulo, com

exceção de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

11.2 – Estando as partes, assim justas e contratadas, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, com único efeito, na presença das 02 (duas) testemunhas abaixo identificadas.

Fernando Prestes, xx de xxxxxxxxxxxx de 2026.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDO PRESTES
MARIEL SEBASTIÃO ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE**

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome:

RG n°

CPF n°

Nome:

RG n°

CPF n°